

PAULO SALDAÑA - O ESTADO DE SÃO PAULO

Apesar de ter realizado concursos para preencher 34 mil vagas de professores desde 2011, a gestão Geraldo Alckmin (PSDB) só conseguiu ampliar em 1,5 mil o número de docentes concursados na rede estadual até este ano. Especialistas avaliam que o governo do Estado criou uma `bola de neve` nesta questão e enfrenta dificuldades para manter os profissionais na rede.

O número de concursados caiu de 130,5 mil, em 2008, para 120,8 mil, em 2013 - queda de 7%. O total de efetivos até cresceu 4,4 mil entre 2011 e 2012, mas voltou a cair neste ano.

Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), Ocimar Alavarse diz que há falhas de planejamento. `Não fizeram os concursos ao longo do tempo para reposições`, diz. `Além das exonerações, tem as aposentadorias previstas. Organizar esse processo não é sofisticação, é o mínimo.` A média de aposentadorias é de 5 mil por ano, segundo a Secretaria da Educação.

Em novembro, o Estado realiza mais um concurso, para 59 mil vagas. Espera que 20 mil docentes assumam no próximo ano. Alavarse duvida do resultado, por causa da dificuldade de recrutar tantos profissionais. `Não se regulariza essa situação de uma vez. Levará de cinco a dez anos para resolver.`

A diretora da ONG Todos Pela Educação, Priscila Cruz, enfatiza que é necessário ter ações específicas para quem chega à rede e para quem é de carreira. `Não existe medida que tenha grande impacto sozinha`, diz ela. `Sem carreira atrativa, acabamos contratando quem tem dificuldade de ingressar em outra carreira. E a gente precisa dos melhores profissionais.`

A dificuldade em aumentar o quadro docente tem provocado problemas nas escolas. Reportagem do Estado deste mês mostrou que havia no primeiro semestre 4,8 mil turmas sem professor de alguma disciplina - a maior parte de Matemática, Geografia e Sociologia.

Estado cria 34 mil vagas, mas ganha só 1,5 mil docentes

Escrito por Revista Gestão Universitária
Sex, 30 de Agosto de 2013 00:00

O presidente do Centro do Professorado Paulista (CPP), José Maria Cancellero, diz que há uma `crise`. `Falta vontade política de melhorar a escola pública. Levadas por isso, muitas pessoas ingressam e, quando arrumam um emprego, vão embora`, diz. `Tinha de ter um salário digno do Estado mais rico.`

O piso salarial na rede estadual é de R\$ 2.255. É maior do que o nacional, de R\$ 1.567. Mas na rede municipal da capital, por exemplo, o professor iniciante ganha R\$ 2,6 mil.

Presidente do principal sindicato da categoria, a Apeoesp, Maria Izabel Noronha foi procurada, mas não atendeu aos pedidos de entrevista.

Recomeço. Professora de Matemática, Valdirene Antenor, de 48 anos, tentou desistir do magistério em 2008, quando se exonerou do Estado. Abriu uma cantina, mas não deu certo. Voltou para a escola e decidiu ir para o Município. `No Estado são 20 anos de descaso`, diz. `Nas escolas municipais também não é uma maravilha, mas o salário é maior. Não queria voltar, não estou contente. Mas que trabalho eu vou arrumar com essa idade?` Ela também leciona em escola particular.

A Prefeitura defende que está implementando ações de melhoria das condições de trabalho, como programa para ampliar a segurança. O Estado ressalta que garantiu aumento escalonado de 45% até 2014. Também citou a implementação de programas, como o Residência Educacional, um estágio remunerado.